

Quando a Mentira Tem Preço: desinformação, colonialidade e os desafios à justiça climática na COP30

*Quando la Mentira Tiene Precio: desinformación,
colonialidad y los desafíos a la justicia climática en la
COP30*



Cláudia Herte de Moraes
Professora e pesquisadora no
Departamento de Comunicação da
Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM) e no Programa de Pós-
Graduação em Comunicação (POSCOM/
UFSM).
claudia.moraes@ufsm.br
ORCID: 0000-0003-3233-311X



Eloisa Beling Loose
Professora e pesquisadora do
Departamento de Comunicação da
Universidade Federal do Rio Grande
do Sul (UFRGS) e do Programa de Pós-
Graduação em Comunicação (PPGCOM/
UFRGS).
eloisa.loose@ufrgs.br
ORCID: 0000-0002-4755-3046

Resumo

Com a realização da COP30 no Brasil, observou-se o avanço de estratégias de desinformação voltadas a travar a transição socioecológica. Sediado em Belém do Pará, o evento marcou uma inflexão na governança global ao trazer o debate político para o centro da Amazônia. Este artigo analisa a atuação do projeto *Mentira Tem Preço* no Instagram durante a conferência, adotando a Análise de Conteúdo quanti-qualitativa sob o prisma da justiça climática e da decolonialidade. O objetivo é investigar como a desinformação climática é mapeada e denunciada como um dispositivo político e econômico de manutenção do status quo, a partir do monitoramento do próprio projeto. Os resultados revelam o predomínio de ações coordenadas de deslegitimação das instituições e da ciência (mais de 50% do corpus), seguidas por práticas de greenwashing corporativo. Conclui-se que a desinformação tensiona a comunicação política e ergue barreiras para a consolidação de uma agenda climática focada nos desafios do Sul Global. Em contrapartida, iniciativas locais e independentes de checagem configuram-se como ferramentas essenciais de incidência política bottom-up, reforçando a urgência da educação midiática e climática com o território.

Palabras-chave

COP30; desinformação; justiça climática; falsas soluções; decolonialidade.

Resumen

Con la realización de la COP30 en Brasil, se observó el avance de estrategias de desinformación orientadas a frenar la transición socioecológica. Celebrado en Belém do Pará, el evento marcó una inflexión en la gobernanza global al trasladar el debate político al centro de la Amazonía. Este artículo analiza la actuación del proyecto *Mentira Tem Preço* en Instagram durante la conferencia, adoptando el Análisis de Contenido cuanti-cualitativo bajo el prisma de la justicia climática y la decolonialidad. El objetivo es investigar cómo la desinformación climática es mapeada y denunciada como un dispositivo político y económico de mantenimiento del status quo, a partir del monitoreo realizado por el propio proyecto. Los resultados revelan el predominio de acciones coordinadas de deslegitimación de las instituciones y de la ciencia (más del 50% del corpus), seguidas por prácticas de greenwashing corporativo. Se concluye que la desinformación tensiona la comunicación política y erige barreras para la consolidación de una agenda climática enfocada en los desafíos del Sur Global. En contrapartida, las iniciativas locales e independientes de verificación se configuran como herramientas esenciales de incidencia política bottom-up, reforzando la urgencia de la educación mediática y climática con el territorio.

Palabras clave

COP30; desinformación; justicia climática; falsas soluciones; decolonialidad.

1. Introdução

A realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, conhecida como COP30, sediada em Belém em novembro de 2025, representou um movimento de inflexão histórica na governança climática global. Pela primeira vez, o epicentro das negociações diplomáticas foi deslocado para o coração da Amazônia, posicionando o Sul Global e os conhecimentos tradicionais no centro do debate sobre a sustentabilidade e a transição socioecológica¹ (Van Neste, Melé e Larrue, 2024). Contudo, essa evidência atraiu uma ofensiva desinformativa, operando por meio de estratégias políticas e econômicas, destinadas à invisibilização das demandas por justiça climática e ao retardamento de ações que efetivem uma transição que redefina modos de produção, consumo e convivência, mexendo nas estruturas estabelecidas (e. g. De Olho nos Ruralistas e FASE, 2025).

Também histórico foi o fato de que a desinformação se tornou um ponto fundamental na COP30. Classificada pelo governo brasileiro como a «COP da verdade» (Lula, 2025), a conferência teve o reconhecimento multilateral com a Declaração sobre a Integridade da Informação sobre Mudança do Clima (Declaration on Information Integrity on Climate Change)², que reconhece que as ameaças à integridade da informação representam «um dos desafios definidores do nosso tempo». O documento decorre da Iniciativa Global pela Integridade da Informação sobre Mudança do Clima, uma coalizão capitaneada pelo Governo do Brasil (através da Secretaria de Comunicação Social da Presidência), em parceria direta com a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (ONU, 2025).

Já está estabelecido na literatura que a desinformação climática não é um erro factual, mas está associada a grandes mobilizações em torno da disputa de poder, de discursos e de recursos do planeta (Lamb *et al.*, 2020; Oreskes & Conway, 2010; Sultana, 2022). Trata-se de uma estratégia deliberada para enfraquecer a democracia e desacreditar as instituições para que, ao final, as pessoas se distanciem da questão climática e da real necessidade de mudança na postura e na política quanto ao grande desafio da crise global (Dunlap & McCright, 2011).

Para discutir a relação entre combate à desinformação e justiça climática, parte-se do estudo de caso (Yin, 2015) do projeto *Mentira Tem Preço*³. A iniciativa teve atuação significativa antes e durante a COP30 para revelar interesses que estavam imbricados nesse processo de adiamento de mudanças necessárias para realizarmos uma transição ecossocial - do modelo de desenvolvimento que acarretou a crise climática para outro, que considere os limites do planeta e busque encerrar as desigualdades que fazem com que as pessoas que menos contribuem para a intensificação da crise sejam

1. Neste trabalho, a escolha pelos termos «transição socioecológica» ou «transição ecossocial» (no lugar de transição energética, verde ou justa, por exemplo) se deve à filiação das autoras à perspectiva latino-americana, que busca a superação de estruturas patriarcais, racistas e de espoliação de terras, colocando a manutenção e o cuidado da vida no centro do debate (Wolkmer *et al.*, 2025).

2. Declaração de Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República Federativa do Brasil, em seu terceiro mandato.

3. <https://www.instagram.com/mentiratempreco>

justamente as mais afetadas por suas consequências. Partimos da seguinte pergunta: como a desinformação climática no Sul Global é problematizada e visibilizada pelo projeto *Mentira Tem Preço* enquanto dispositivo de colonialidade discursiva? Entende-se por colonialidade discursiva o controle e a hierarquização dos regimes de visibilidade e de enunciação que silenciam cosmovisões do Sul Global, bem como legitimam soluções mercantis impostas pelo centro hegemônico de poder.

Nossa análise debruça-se sobre as postagens no Instagram do projeto *Mentira Tem Preço* no período que antecede a COP30 (um mês antes) até sua repercussão imediata (um mês depois), selecionando todos os posts que se articulam ao nosso objetivo de relacionar as estratégias acionadas por aqueles que pretendem desinformar sobre aspectos da justiça climática (Moraes & Loose, 2025). Para tanto, partimos da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), sob sua perspectiva quali-quantitativa, de modo a desdobrar aspectos que evidenciam o papel da comunicação climática para visibilizar alternativas à forma como habitamos a Terra hoje.

2. Desinformação como mecanismo de poder

Para iniciar a discussão sobre a arquitetura da desinformação contemporânea, é imperativo compreender que o fenômeno transcende o erro factual e funciona como um vetor de reconfiguração da própria esfera pública. Conforme assinala Magallón-Rosa (2022), a circulação deliberada de conteúdos enganosos é impulsionada por matrizes multifacetadas. Outro fator relevante é que as plataformas digitais operaram uma transformação estrutural que, para Magallón-Rosa (2022), passa por momentos concatenados: primeiro, modificaram a relação da sociedade com os meios informativos; depois, transfiguraram a práxis política e passaram a tensionar o marco regulatório das democracias; na atualidade, convertem-se em um cenário de batalha permanente entre guerras culturais e posicionamentos políticos artificiais e sem solidez ideológica.

Nesse terreno fragmentado, as estratégias de deslegitimação climática encontram um ambiente fértil para proliferar e adiar as ações necessárias ao Sul Global. É nesse cenário de fragmentação e disputas de narrativas que a desinformação climática se reinventa, migrando da contestação científica para a guerra cultural e institucional, por meio da atualização de estratégias para gerar incertezas (C. H. Moraes, 2025; Loose, Barros e Balbé, 2026).

A negação de que estamos em uma crise climática e a apresentação de soluções que apenas criam novos mercados dentro de uma lógica que amplifica o problema não são novidades. Oreskes e Conway (2010) afirmam que a geração de incertezas, há muitas décadas, tem beneficiado setores que não queriam arcar com os custos derivados de seus negócios. A diferença hoje é dada a partir de novas condições de consumo de informações. A expansão das plataformas digitais, regidas pela governança algorítmica, privilegia a produção e a distribuição da desinformação em detrimento da informação (Castro, 2021).

Nesta arena pública, onde a entrega é avaliada sob o prisma da circulação, a mensagem mais relevante é aquela que repercute. Dentro da concepção do «capitalismo comunicativo» (Dean, 2009), «a verdade não é definida pela correspondência ao factual, mas pelo cômputo de visualizações, curtidas, comentários e compartilhamentos» (Castro, 2021: 100). Este espaço desinformativo atua no agendamento político de temas fundamentais, como foi o caso da responsabilização e recuperação da cidade de Porto Alegre após as inundações que assolaram o estado do Rio Grande do Sul (Neves, Loose e Bezerra, 2026). Ou seja, há uma disputa de hegemonia que corresponde a diferentes posturas junto à opinião pública, na construção de possibilidades da ação climática. No caso citado, o cumprimento de seus deveres enquanto prefeito foi propagado, sobretudo em ações de socorro, gerando uma distorção das verdadeiras atribuições e responsabilidades dos políticos no período da campanha eleitoral. Carnielli, Feitosa e Gomes (2026), após análise dos programas do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral dos candidatos à Prefeitura de Porto Alegre, afirmam que o prefeito Sebastião Melo silenciou o desastre climático na sua campanha à reeleição, tratando a situação como resolvida⁴.

Assim, ao aproximar esse sistema da questão climática, observa-se que as maneiras de gerir a desconfiança pública e convencer de que mudanças drásticas não seriam necessárias foram se atualizando. Oreskes e Conway (2010) sinalizam que nas décadas de 1980 e 1990 a contestação ao aquecimento global ocorria por meio do rechaço às regulações que impediriam o livre-mercado associado à ideia de que os ambientalistas seriam comunistas, que colocariam em risco o avanço de uma sociedade capitalista. Nos anos 2000, a crise climática passa a ser vista também como um problema político, o que acarreta maior ceticismo e também uma polarização em relação ao tema (Capstick *et al.*, 2015), sobretudo a partir da criação de grupos de pressão (*think tanks*).

3. Estratégias de desinformação para manter tudo como está

O *greenwashing* é uma das manifestações da desinformação (Loose, Barros e Balbé, 2026), pois corrobora o atraso de soluções estruturais a partir da divulgação das chamadas «falsas soluções» ou soluções paliativas, que têm aparência de resolução, mas não alcançam as raízes do problema. As práticas de *greenwashing* (termo que pode ser traduzido como maquiagem verde) se expandiram em 2025, alavancadas pela alta visibilidade que sediar um evento internacional desencadeia. Conforme sintetizam Santini *et al.* (2025: 4), *greenwashing* é uma «tentativa deliberada de mascarar os impactos socioambientais negativos com o objetivo de influenciar a percepção pública e preservar a legitimidade das empresas». Bueno (2007), um dos pioneiros em

4. Porto Alegre é a capital do Rio Grande do Sul, estado localizado no extremo sul do Brasil. Em maio de 2024, enfrentou a pior catástrofe climática de sua história, incluindo enchentes que submergiram bairros inteiros e desabrigaram centenas de milhares de pessoas. Sebastião Melo (MDB, centro-direita), prefeito da capital à época dos fatos, concorreu e venceu a reeleição municipal em outubro de 2024, contexto em que a gestão preventiva e as obras de contenção de cheias foram intensamente discutidas na disputa nas narrativas políticas e eleitorais.

comunicação ambiental no Brasil, já alertava sobre os desafios de lidar com discursos que exageram em ações pontuais pró-ambiente enquanto seguem mantendo sua estrutura dependente de altas emissões de carbono. Contudo, mesmo a comunicação jornalística, que pressupõe a checagem das informações e a orientação para o interesse público, muitas vezes torna-se porta-voz desses discursos. Heras Hernández (2013) assinala que há uma ênfase sobre a inovação tecnológica e a eficiência, pouco discutindo mudanças associadas ao estilo de vida da sociedade.

Em estudo voltado para a cobertura climática dos meios jornalísticos não hegemônicos e orientados para as questões ambientais no Brasil, Loose (2024) identificou que apenas 12% das notícias analisadas tratavam de soluções, sendo a maioria delas alinhada com a perspectiva do sistema capitalista-colonialista vigente, com forte origem no Norte Global, desde um discurso reformista, que traz caminhos desde o modelo de desenvolvimento que acarretou a crise climática.

Loose (2024) sinaliza que há alternativas para enfrentar a crise climática que nascem do capitalismo sustentado pela colonialidade, ou seja, abrem oportunidades de negócio dentro da lógica estabelecida, sem romper com o que está consolidado. Para além das soluções aparentes, soma-se a isso uma falta de transparência em relação ao que, na economia, chamam de externalidades negativas (os custos sociais e ambientais que não entram no preço final). Quanto mais evidências científicas temos sobre as causas, efeitos e medidas de enfrentamento, maior é o esforço daqueles que lucram com o *status quo*. No contexto nacional, a COP30 revelou-se como um espaço de disputas entre muitos setores que estavam implicados com uma grande parcela de emissões de gases de efeito estufa, mas, ao mesmo tempo, queriam se apresentar como protagonistas das soluções (Loose, Barros e Balbé, 2026).

O estudo realizado por Santini *et al.* (2025), com foco nas campanhas publicitárias digitais que circulam no LinkedIn, revelou que setores da energia, mineração, tecnologia e agronegócio utilizam estratégias de *greenwashing* relacionadas à transição, mascarando o uso intensivo de fósseis. Os autores afirmam ainda que há adoção da expressão «transição energética justa» como forma de marketing. A aproximação com o debate acerca da justiça climática é representada nos discursos, mas não apresenta amparo no cotidiano das operações. Importante destacar que a transição socioecológica aqui defendida é muito mais profunda e ampla que a transição verde (associada à economia verde) energética ou tecnológica, abarcando mudanças de ordem cultural, institucional e política (Van Neste, Melé e Larrue, 2024).

Já o relatório «A COP dos *lobbies*» (De olho nos ruralistas, FASE, 2025) apresenta como o *greenwashing* permeia uma série de estratégias para confundir a opinião pública acerca do posicionamento das empresas. O documento mostra como o discurso da sustentabilidade corporativa e da chamada transição verde é mobilizado por empresas com extensos passivos socioambientais ao mesmo tempo em que financiam espaços de discussão na COP30 e coberturas jornalísticas de prestigiados veículos de comunicação, articulando-se politicamente e economicamente. Dentre os resultados, destacam-se o esvaziamento da luta climática e o distanciamento da justiça climática: «a captura corporativa ameaça o caráter democrático e participativo das negociações

climáticas, excluindo povos e comunidades tradicionais das decisões que mais os afetam» (De olho nos ruralistas, FASE, 2025: 8).

4. Dimensões da justiça climática e a crítica à colonialidade

Qual a relação da desinformação com a justiça climática? Branco e Armada (2018: 335) nos lembram que «[...] a efetivação da Justiça Ambiental e Climática também perpassa pela superação de um discurso dominante que tem sido amplamente utilizado pelos Estados e Organizações Internacionais [...]: o discurso do Desenvolvimento Sustentável», que tenta conciliar interesses econômicos, ecológicos e sociais. A suposta acomodação de questões, na maioria das vezes, conflitantes, tem gerado despolitização, soluções ambientais paliativas e ampliação das diferenças sociais, já que a questão econômica acaba sempre se impondo sobre as demais.

Assim, as conexões entre a desinformação e a obstrução da justiça climática ganham contornos efetivos também quando observadas a partir da diversidade territorial interna no próprio Sul Global. Por exemplo, enquanto a Amazônia centraliza atenções da governança climática internacional, ecossistemas locais como o Bioma Pampa, restrito ao sul do Brasil, enfrentam uma severa «crise de visibilidade» que atua como vetor de sua própria degradação (C. H. Moraes, 2025: 52). Portanto, sob a lógica dos «discursos de atraso» (*discourses of delay*) teorizados por Lamb *et al.* (2020), a desinformação contemporânea migrou do negacionismo explícito para táticas sutis de opacidade mediática e omissão estratégica (C. H. Moraes, 2025). O exame da cobertura sobre o Pampa revela que narrativas jornalísticas são factualmente corretas em sua superfície, mas podem operar de forma desinformativa ao silenciar sobre as causas estruturais da conversão de campos nativos em monoculturas de soja e silvicultura (C. H. Moraes, 2025; Moraes *et al.*, 2024). Essa «história sem protagonistas» desvia a responsabilidade do agronegócio industrial e a dilui em conceitos abstratos como a inação estatal ou o descuido da sociedade (C. H. Moraes, 2025: 53-54).

Para discutir a justiça climática é necessário transcender a dimensão estritamente ambiental, integrando questões éticas, direitos humanos e responsabilidade histórica. Milanez e Fonseca (2011: 84) afirmam que essa expressão é um «desdobramento do paradigma da Justiça Ambiental e da percepção de que os impactos das mudanças climáticas atingem de forma e intensidade diferentes grupos sociais distintos». Logo, está associada às desigualdades no que tange ao enfrentamento dos riscos e desastres associados à intensificação da crise climática. Os países chamados «desenvolvidos», como os Estados Unidos, historicamente contribuíram muito mais para as emissões de carbono, porém as consequências são sentidas com mais gravidade nos países pobres (R. F. Moraes, 2025). Tal relação também pode ser observada em um mesmo território, no qual a elite, que contribui mais com o problema, não é o grupo mais afetado.

Ainda que o discurso da justiça climática pudesse ser ampliado, em consonância com apontamentos de Milanez e Fonseca (2011), entendemos que,

com a ascensão da extrema-direita, a partir de 2016, o debate acerca dessas assimetrias se intensificou. Barros (2025: 3-4) afirma que o desmantelamento das políticas ambientais acarretou o agravamento das desigualdades, onde [...] «populações vulneráveis aos riscos são marginalizadas, enquanto práticas predatórias e excludentes são naturalizadas e legitimadas sob a lógica do imperativo econômico».

Em paralelo à fragilização do cuidado ambiental, os discursos negacionistas ganharam força, inclusive minimizando os efeitos da crise climática e/ou entendendo os prejuízos ambientais necessários para o avanço do chamado «desenvolvimento». Barros (2025: 7) destaca essa perspectiva:

Assim, ao invés de reconhecer as mudanças climáticas como um problema global e urgente, para a extrema direita, a realidade cotidiana é organizada para interpretar eventos extremos como fenômenos naturais inevitáveis. Os povos indígenas e ambientalistas, tradicionalmente reconhecidos como agentes de conservação, passam a ser vistos como obstáculos ao progresso e ameaça à soberania nacional.

Assim, mesmo em um período posterior, com outro governo que se opõe à extrema-direita, observa-se que a desinformação climática, da qual o negacionismo é uma das estratégias, permaneceu presente, inclusive buscando questionar a COP30 e/ou tentando apresentar setores econômicos envolvidos com as raízes do problema como líderes das soluções. Com a proximidade do evento, esse conceito foi visibilizado pela necessidade de reconhecer as assimetrias globais e locais, especialmente em relação aos povos da floresta.

A transição ecossocial deve levar à formação de uma «biocivilização», um modelo que integre as atividades humanas aos ciclos naturais, superando as estruturas modernas/coloniais de acumulação infinita e reconfigurando os direitos humanos em conjunto com os direitos da natureza (Wolkmer *et al.*, 2025).

Portanto, trata-se de entender como uma mudança paradigmática do modelo extrativista em direção a práticas sustentáveis, que respeitem os limites planetários, atuando na promoção de equidade social, como preconiza Leff (2001). Desta forma, exige uma abordagem decolonial que desmantele hierarquias epistêmicas e territoriais impostas pelo colonialismo. Como argumenta Sultana (2022), a «colonialidade climática» refere-se à reprodução de padrões coloniais nas respostas à crise, em que o Norte Global dita soluções que ignoram saberes locais e sobrecarregam o Sul Global com os custos dessa transição. Esse movimento de poder global é, frequentemente, acompanhado por narrativas desinformativas que naturalizam o *status quo*. Desta forma, operam como manifestações da colonialidade discursiva, pautada na imposição e manutenção de hegemonias linguísticas, semânticas e epistêmicas que legitimam as assimetrias centro-periféricas e com isso subordinam narrativas, saberes e modos de existência subalternizados (Maldonado-Torres, 2007; Quijano, 2005; Loose, 2024).

Essa visão crítica deve se alinhar às dimensões da justiça climática, conforme propostas por Schlosberg (2007), Walker (2012) e Roosvall e Tegelberg

(2015). A justiça redistributiva foca na dimensão econômica, destacando a distribuição desigual das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e responsabilidades históricas já constituídas. Essa compreensão já parte do fato de que países e elites do Norte Global acumularam a maior parte das emissões, gerando uma «dívida climática» que impacta desproporcionalmente populações vulneráveis, como comunidades amazônicas (IPCC, 2022). Segundo Barros (2025), no Brasil, são as populações negras, indígenas e periféricas aquelas que passam por maior processo de vulnerabilização, estando mais suscetíveis aos impactos climáticos.

A justiça participatória aborda a dimensão política, centrada em relações de poder e inclusão decisória (Fraser, 2008). Neste aspecto, povos indígenas e quilombolas, guardiões da floresta, foram historicamente excluídos das negociações climáticas, cujas estruturas favorecem *lobbies* retardatários (Law, 2023). Barros (2025:11) destaca que esses grupos enfrentam «barreiras políticas e institucionais que limitam seu acesso aos espaços decisórios, resultando em políticas públicas que, muitas vezes, desconsideram suas demandas e conhecimentos».

Já a justiça transformativa enfatiza a dimensão cultural, questiona epistemologias eurocêntricas e propõe o dismantelamento de estruturas coloniais-capitalistas causadoras da crise (Joshi, 2023). Barros (2025: 11) afirma que esta dimensão «enfatiza a importância do reconhecimento das identidades culturais, sociais e políticas para a concretização de uma sociedade verdadeiramente justa e plural». Nesse sentido, invisibilizar ou negar os direitos de povos historicamente subalternizados conecta-se à colonialidade e ao sistema capitalista-extrativista que sustenta a modernidade. Dessa forma, a perspectiva decolonial, inspirada em Mignolo (2017), revela como a desinformação opera como dispositivo ideológico para silenciar cosmovisões indígenas, que concebem a natureza não como recurso explorável, mas como entidade viva interconectada (Grosse e Mark, 2020).

A explicitação dessas três dimensões da justiça climática aponta para a compreensão de que a superação das assimetrias percebidas pela crise climática está intrincada com relações de poder (Barros, 2025), não podendo ser vista de forma isolada. Isso sublinha que o estudo da desinformação, que pode ser visto como mecanismo de manutenção da crise, também pressupõe disputas ou ênfases que impedem a justiça climática.

5. Metodologia

Este estudo adota a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), um método para sistematizar comunicações, identificando padrões, temas e ideologias em textos ou imagens, a partir de uma abordagem quali-quantitativa. A validade metodológica deste estudo ancora-se nas diretrizes da Análise de Conteúdo qualitativa (Bardin, 2011), consagrada na pesquisa em comunicação como técnica sistemática e replicável. A legitimidade científica desse percurso reside na sua capacidade de transcender a mera descrição da superfície textual

ou contagem de postagens, permitindo a realização de inferências lógicas e contextualizadas sobre os textos do projeto *Mentira Tem Preço*.

Para assegurar a validade e a fidedignidade dos achados, o processo de codificação obedeceu aos princípios fundamentais propostos por Bardin (2011): a «exaustividade», ao esgotar todos os elementos do corpus delimitado no período; a «homogeneidade», ao aplicar os mesmos critérios analíticos a todo o material coletado; e a «exclusividade», para garantir que cada unidade de registro se vinculasse a apenas uma categoria analítica da justiça climática.

Desse modo, a sistematicidade dos procedimentos metodológicos tende a evitar a análise contra vieses estritamente subjetivos, conferindo o rigor para desvelar de que forma a desinformação climática é instrumentalizada como um dispositivo político e ideológico de colonialidade discursiva no Sul Global.

O corpus compreende postagens no Instagram do projeto *Mentira Tem Preço*, de outubro a dezembro de 2025 (um mês antes e após a COP30), totalizando 56 itens. Destes, 44 se referem à desinformação e à justiça climática e 12 são mais amplos e trazem o enfoque à alfabetização midiática. A coleta e análise de dados foram realizadas nas seguintes etapas: 1) Exploração: busca por termos como «COP30», «desinformação», «justiça climática», «falsas soluções»; 2) Codificação: categorização das postagens em temas (a) *greenwashing* e falsas soluções; b) invisibilização de povos e territórios; c) deslegitimação de instituições e ciência; e d) geral/outros —quando não respondiam aos objetivos do estudo); 3) Interpretação: verificação de coerência e inferências, considerando o contexto digital (algoritmos que amplificam a polarização).

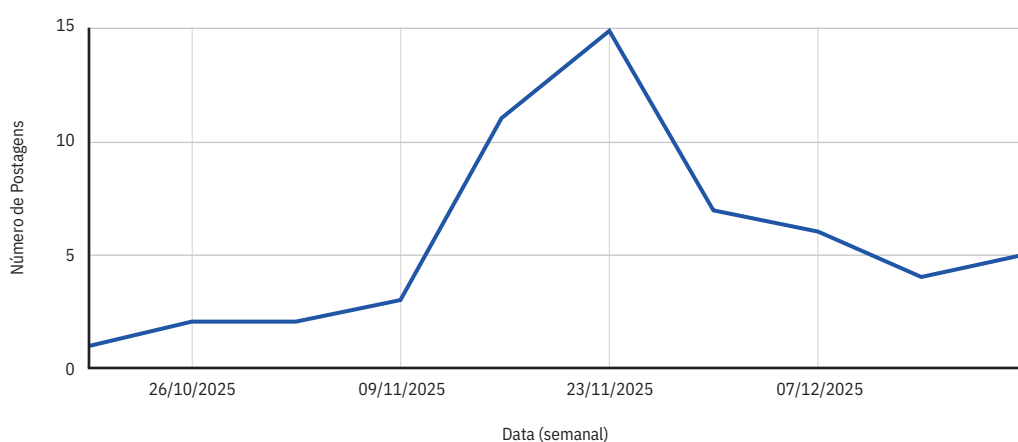
Como delimitação metodológica do trabalho, ressalta-se que o corpus empírico não é composto pelos emissores primários da desinformação em circulação nas redes, mas sim pelas publicações do projeto *Mentira Tem Preço* voltadas a mapear, contestar e denunciar esses discursos. Portanto, reconhece-se que os dados aqui analisados foram submetidos à mediação editorial da equipe do projeto.

6. Análise: As postagens temáticas como alertas do problema

O projeto *Mentira Tem Preço*, em parceria com veículos independentes, é apresentado como uma resposta à desinformação climática no Brasil, checando narrativas falsas sobre crises ambientais e saúde coletiva. Lançado em 2023, mapeia padrões como narrativas conspiratórias e quantifica impactos, promovendo a alfabetização midiática e climática. Seus objetivos incluem expor relações entre desinformação e interesses econômicos, como *lobbies* agropecuários negando desmatamentos e conexões com eventos extremos.

Em linhas gerais, as 56 postagens analisadas do projeto *Mentira Tem Preço* no período de 15 de outubro a 20 de dezembro de 2025 demonstram engajamento estratégico com a COP30, que se coloca como centro das atenções no período. As postagens são informativas com a agenda das atividades, mas são deliberadamente uma forma de alerta sobre a disseminação de desinformação em plataformas diversas. Também evidenciam a contextualização do debate sobre a integridade da informação, sendo o evento utilizado como um pano de fundo para discutir como as mentiras climáticas são transformadas em lucro, reforçando a missão do projeto.

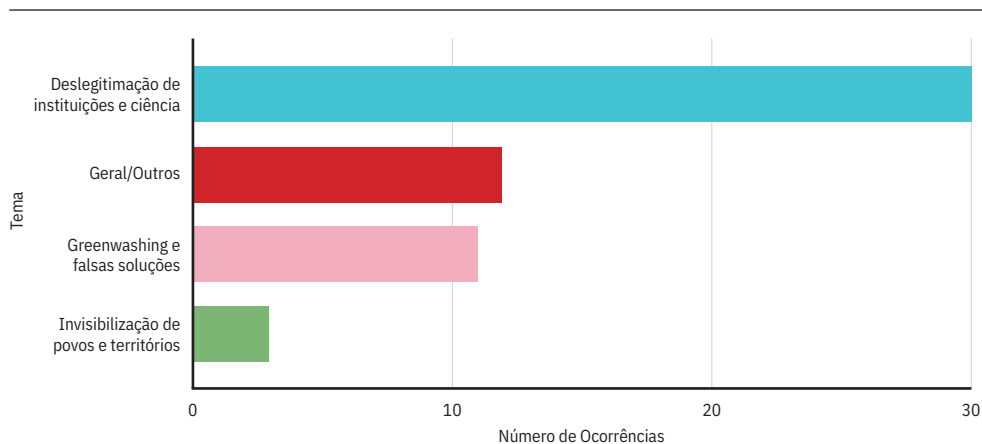
Figura 1. Frequência de Postagens ao Longo do Tempo.



Fonte: As autoras (2026).

A frequência de postagens (Figura 1) não é uniforme, apresentando um crescimento nítido, conforme o evento COP30 se aproxima, tendo-se, portanto, o auge em novembro. O pico significativo de atividade ocorreu nas semanas de 16 e 23 de novembro de 2025, com um total de 26 postagens em apenas 15 dias, acompanhando a própria realização da COP30.

Há diversidade de temas nas postagens analisadas. Em especial, tratando da desinformação, buscando expor como tais estratégias são lucrativas. Entre as temáticas mais contundentes, observou-se a crítica ao *greenwashing*, trazendo exemplos de empresas como Petrobras e a Vale, relacionando estratégias de desinformação com as tentativas de obter licenças ambientais ou ações de marketing (Figura 2).

Figura 2. Distribuição de Temas Identificados.

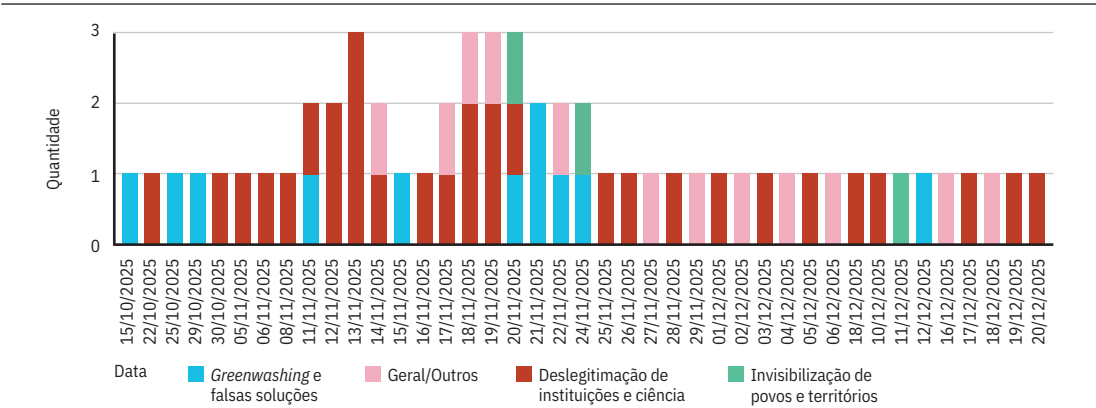
Fonte: As autoras (2026).

Na temática geral, observa-se a presença de entrevistas da jornalista responsável pelo projeto e de parcerias com grupos como «Mães pelo Clima» (série «Boto fé»), o que indica um esforço para humanizar o debate climático e alcançar diferentes públicos por meio de vozes confiáveis e diversificadas. Também, ao longo dos três meses, foram trazidas várias informações e materiais educativos, como o e-book «Integridade da Informação Climática» e cartas abertas (incluindo referências à ONU), demonstrando, na prática, a ideia de oferecer contranarrativas baseadas em fatos.

Entre os temas abordados (Figura 2), podemos destacar ainda que houve o predomínio da «Deslegitimação das instituições e da ciência», sendo a mais recorrente e representando mais da metade dos registros analisados (30 entre 56 postagens). O foco central dessas postagens foi detalhar como esse mecanismo de desinformação opera no discurso, indicando que o projeto *Mentira Tem Preço* se posiciona no combate aos ataques à credibilidade institucional e científica. Também o tema «Greenwashing e falsas soluções» constitui um diferencial entre as postagens, uma vez que direciona a crítica à dimensão econômica que sustenta a desinformação climática. No período analisado, o tema «Invisibilização de povos e territórios» teve a menor frequência, com apenas três ocorrências.

Recorda-se que a categoria Geral/Outros reúne postagens que não estão alinhadas à discussão desse estudo sobre as dimensões da justiça climática, como postagens institucionais do próprio projeto, que auxiliam na percepção do objeto, mas que não possuem as características do conteúdo pertinentes à nossa pergunta de pesquisa.

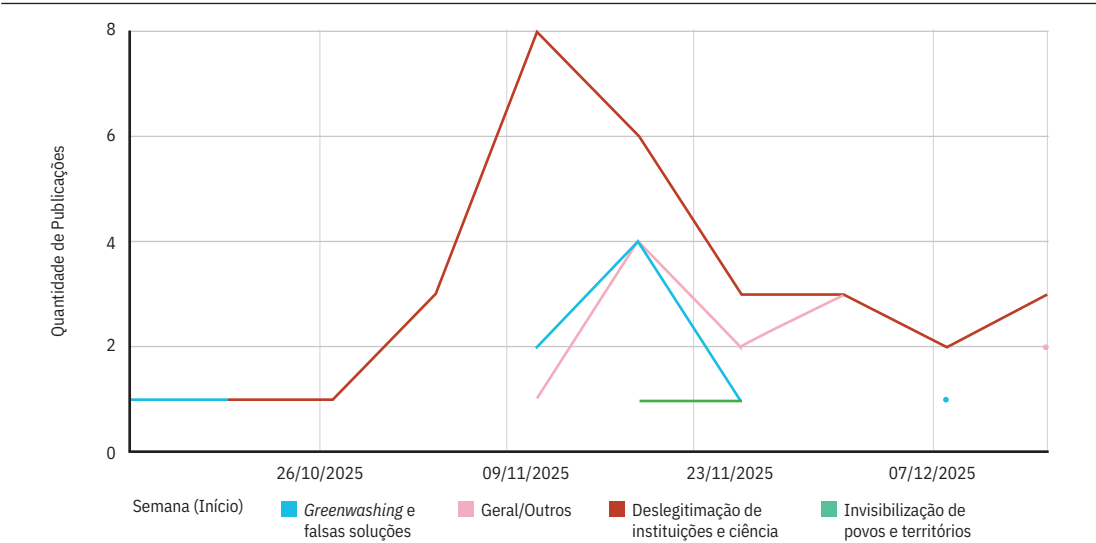
Figura 3. Evolução dos Temas ao Longo do Tempo.



Fonte: As autoras (2026).

Ao observar a evolução dos temas ao longo do tempo (Figura 3 e Figura 4), podemos inferir que o tema das falsas soluções foi bastante concentrado durante a realização da COP30, evidenciando que o evento foi palco de disputa de discursos sobre os caminhos para a transição socioecológica. Ao mesmo tempo, demonstram que a deslegitimação foi uma abordagem mais perene ao longo do período, levando a crer que se trata de uma estratégia bastante corrente quando o assunto é desinformação climática. A questão indígena também figurou mais na semana do evento, tendo em vista o grande número de eventos e ações de ambientalistas e povos originários realizados com efetivo potencial de dividir o debate público da COP30 e, portanto, se colocam como alvo da desinformação neste período específico.

Figura 4. Evolução dos Temas pro Semana.



Fonte: As autoras (2026).

Na próxima seção, para a discussão sobre as relações possíveis entre a desinformação e as dimensões da justiça climática, faremos o recorte das postagens que trataram do tema diretamente, ou seja, são excluídas as postagens que foram categorizadas como «Geral/Outras».

7. Impactos da desinformação na justiça climática

A desinformação atua não apenas como uma mentira, mas como ferramenta política que, em grande medida, impede avanços estruturais e agrava as desigualdades. Neste sentido, podemos observar que há relações entre as estratégias de desinformação e as três dimensões da justiça climática já explicitadas. Por isso, para discutir esse cenário nas postagens do *Mentira Tem Preço*, apresentamos um resumo analítico (Quadro 1) com as informações encontradas no período estudado e que pode ser compreendido como uma operação de barreira aos propósitos a partir da justiça climática e da transição socioecológica.

Quadro 1. Desinformação x Injustiça climática.

Categoria de Análise	Desinformação	Impacto na Justiça Climática	Dimensão da Injustiça
Deslegitimação de instituições e ciência	Ataques coordenados à ciência (IPCC), à governança (COP), à fiscalização (Ibama) e à imprensa; teorias da conspiração sobre «soberania»	Promove a despolitização do debate; retira a base factual necessária para a tomada de decisão coletiva e cobrança de metas.	Justiça participatória: Destroi os canais de participação pública e a confiança nas instâncias de decisão.
<i>Greenwashing</i> e falsas soluções	Marketing enganoso; foco excessivo em compensação de carbono (offsets) sem reduzir emissões; tecnologias não testadas vendidas como «salvação».	Mantém o <i>status quo</i> econômico; desloca o ônus da mudança para o consumo individual enquanto grandes poluidores lucram.	Justiça redistributiva: Reforça o sistema econômico que prioriza o lucro no lugar da dignidade e do cuidado ambiental.
Invisibilização de povos e territórios	Apagamento de narrativas locais; rotular indígenas/quilombolas como «obstáculos ao progresso»; negação do vínculo ancestral com a terra.	Impede que as populações mais afetadas pela crise liderem a transição; ignora o papel das comunidades na conservação.	Justiça Transformativa: bloqueia a mudança das estruturas de poder que causam a crise.

Fonte: As autoras (2026).

O Quadro 1 possibilita inferir que a deslegitimação de instituições como o IPCC, a ONU (responsável pela COP), diferentes ONGs, órgãos de fiscalização e até mesmo a imprensa, por meio de estratégias desinformativas, joga pelo modelo da despolitização e, portanto, gera barreira para justiça participatória. Quando os temas se relacionam com «*Greenwashing* e falsas soluções», verifica-se a narrativa a partir de setores econômicos que se vendem como solução e colaboram para a manutenção do *status quo*, funcionando como um reforço importante das estruturas de injustiça, a partir do foco econômico. Por fim, embora não tenha sido tão frequente no corpus estudado, também aparece a estratégia de invisibilização das populações locais e de seus territórios, confrontando, de forma discursiva e política, o avanço da legitimação

dos povos tradicionais e indígenas - o que é uma barreira à justiça transformativa, associada à pluralidade epistêmica e à crítica à colonialidade do ser, saber e poder (Mignolo, 2017).

A maior concentração das postagens na categoria «Deslegitimação de instituições e ciência» (30 registros) revela que o ecossistema desinformativo digital observado pelo projeto *Mentira Tem Preço* não tem como foco principal a negação das mudanças climáticas, mas a arquitetura política que permite adiar seu enfrentamento. Os ataques coordenados às instituições e à ciência buscam produzir o que Dean (2009) define como esvaziamento do potencial democrático no capitalismo comunicativo. Ao atacar os mediadores técnicos como fiscais ambientais, essa estratégia abre caminho para que o poder econômico atue diretamente para ditar as regras dos territórios locais, sem a interferência de precauções ambientais.

Essa mesma dinâmica se costura às 11 ocorrências da categoria «*Greenwashing* e falsas soluções», pois apresentam-se as investidas de grandes corporações fósseis e do *lobby* do agronegócio, que foram mapeadas ainda antes do encontro em Belém. Esse conjunto de dados ilustra uma forma de desinformação por meio do poder econômico. Aqui, novamente, a crise não é negada, mas há uma tentativa de captura da pauta, do vocabulário —usando expressões como «transição energética justa», por exemplo. Os setores que atuam neste sentido são considerados de alto impacto socioambiental, por isso mobilizam a estratégia da maquiagem verde para que a acumulação de capital e a exploração de recursos do Sul Global perpetuem a injustiça redistributiva (Walker, 2012).

A baixa frequência quantitativa de postagens sobre a invisibilidade de povos indígenas e seus territórios deve ser interpretada de forma crítica. A partir das bases da Análise de Conteúdo, associamos os elementos da crítica colonial e podemos inferir que o silenciamento e a omissão deliberada de dados podem ser uma forma ativa de desinformação. Deixar de falar de temas, problemas e soluções a partir do Sul Global seria uma forma de invisibilidade que, associada ao tipo de informação que circula (em poucos momentos), aumenta o próprio efeito da injustiça que opera a partir do apagamento discursivo. As cosmovisões indígenas são apagadas dos ecossistemas de plataformas que, reguladas por algoritmos de engajamento (Castro, 2021), garantem que o território amazônico continue sendo enquadrado pelo mercado como um mero estoque de recursos naturais exploráveis, e não como um espaço de luta pela sustentabilidade da vida.

A assimetria numérica das postagens sobre as questões indígenas e seus territórios se torna também um achado da pesquisa, tendo em vista que a estratégia desinformativa mais intensa se deu com os ataques para neutralizar mediadores sociais importantes, como ciência e instituições ambientais. Isso se correlaciona à questão da injustiça transformativa, pois, para além da estratégia da invisibilidade, o ecossistema desinformativo procura atacar os direitos dos povos tradicionais, afetando a proteção contra a superexploração de suas terras.

Por fim, essa distribuição dos dados do projeto *Mentira Tem Preço* pode ajudar também a visualizar o funcionamento da colonialidade climática (Sulta-

na, 2022). Com o deslocamento físico da COP30 para Belém, trazendo flores-ta, corpos e saberes tradicionais como foco no centro da diplomacia mundial, observou-se, como contrapartida, uma onda de desinformação. A COP30, em contexto nacional, gerou uma reação desproporcional das forças do atraso climático (Lamb *et al.*, 2020), que buscaram ofuscar as dinâmicas da justiça participatória (Fraser, 2008).

Argumentamos ainda que o projeto analisado funciona como ferramenta de comunicação de incidência política, numa estratégia de trazer a crítica ao fenômeno da desinformação, traduzindo preocupações de populações vulnerabilizadas.. Isso permite melhorar o ambiente digital, incluindo perspectivas de baixo para cima (*bottom-up*), atuando de forma ampla na educação midiática e climática, empurrando cidadãos contra as narrativas desinformativas oriundas de grandes *lobbies*.

8. Considerações finais

Pela primeira vez nas Conferências sobre Mudanças Climáticas da ONU, a desinformação foi considerada fundamental ao debate, uma vez que fragiliza e agrava seu enfrentamento. A inserção dessa discussão pode ser considerada um legado político da COP30, tendo como marco a Declaração sobre a Integridade da Informação sobre Mudança do Clima (UNESCO/ONU/Brasil, 2025). Com tal movimentação, evidenciou-se que a defesa do ambiente comunicacional está indissociável da proteção e defesa dos ecossistemas biofísicos. A transição socioecológica será viável tanto mais que sejam quebradas as estruturas da produção de mentiras que estão na base das assimetrias das plataformas digitais.

Nossas análises colaboram com estudos sobre a desinformação climática como um fenômeno antigo que se atualiza em uma nova fase. Ela consolidou-se como uma estratégia de comunicação política com o objetivo principal de fragmentar a confiança institucional, interditar os anseios de justiça participatória e, especialmente, proteger os lucros de indústrias superpredadoras, tais como combustíveis fósseis e mineração.

Portanto, conclui-se que a desinformação se constitui como um vetor relevante de injustiça climática. A estratégia das redes de desinformação na COP30, desde as ações de combate do *Mentira Tem Preço*, foi predominante no sentido de neutralizar mediadores legitimados socialmente, por meio dos ataques às instituições e à ciência. Na medida em que desautorizam as instituições, também reforçam a estratégia de invisibilidade dos povos indígenas. Ao lado disso, buscando interferir no debate público e visando lucros, implantam narrativas desinformativas com falsas soluções, criando mais uma forma de negação às ações efetivas pela justiça climática.

Como resposta aos achados desta pesquisa sobre o *Mentira Tem Preço*, em um cenário complexo e de disputas de poder, torna-se urgente pensar sobre o fortalecimento de políticas públicas de educação midiática e climática, considerando os contextos dos territórios. Este reforço, com foco no Sul Glo-

bal, pode se tornar um instrumento para as populações locais na luta contra os dispositivos coloniais de silenciamento discursivo e insinuações políticas. Desta forma, o projeto atua como uma ferramenta de contranarrativa local (*bottom-up*) que devolve o poder de agência informacional ao território, combatendo a desinformação que tenta impor a lógica corporativa do Norte global (*top-down*).

Como este estudo se concentrou no Instagram e se configura como um estudo de caso, considera-se interessante que pesquisas futuras investiguem a circulação das narrativas em outros ambientes digitais, com foco na observação da repetição desta lógica de negação, invisibilidade e falsas soluções. Ademais, entender como as dimensões da justiça climática se articulam às iniciativas de integridade da informação pode colaborar para proposições de fortalecimento nessa área.

Declaração sobre o uso de inteligência artificial generativa (IA)

As autoras utilizaram Gemini como apoio na tradução de resumos. Após o uso desta ferramenta, procedeu-se à revisão humana; portanto, assumem total responsabilidade pelo conteúdo final e pela precisão da publicação.

Contribuições de Autoria (CRediT)

Cláudia Herte de Moraes: conceitualização, metodologia, análise formal, pesquisa/coleta de dados, redação (rascunho original, revisão e edição), visualização, validação. Eloisa Beling Loose: conceitualização, metodologia, análise formal, pesquisa/coleta de dados, redação (rascunho original, revisão e edição), visualização, validação.

Declaração de conflito de interesses

As autoras declaram a ausência de qualquer conflito de interesses que possa ter influenciado o desenho da pesquisa, a análise dos dados ou a redação deste artigo.

Referências

- Bardin, L. (2011): *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Barros, T. M. F. P. (2025): «Fragmentos de realidade: justiça climática e racismo ambiental nas narrativas de extrema direita brasileira». *Rev. Cadernos de Campo*, 25(2): e025021. <https://doi.org/10.47284/cdc.v25iesp2.20062>
- Branco, M. G. & Armada, C. A. S. (2018): «Desafios e perspectivas para a justiça ambiental face à nova realidade das mudanças climáticas». *REBELA*, 8(2): 322-339.
- Bueno, W. da C. (2007): «Comunicação ambiental: Conceitos, mitos e utopias». *Organicoms*, 4(6): 18-33.
- Capstick, S., Whitmarsh, L., Poortinga, W., Pidgeon, N. & Upham, P. (2015): «International trends in public perceptions of climate change over the past quarter century». *WIREs Climate Change*, 6(1): 35-61. <https://doi.org/10.1002/wcc.321>

- Carnielli, F. Z., Feitosa, S. A & Gomes, J. (2026): «O silenciamento climático no HGPE televisivo: A campanha eleitoral pós-enchente em Porto Alegre». *Revista ALCEU*, 26(58): 131–155. <https://doi.org/10.46391/ALCEU.v26.ed58.2026.544>
- Castro, J. C. L. de (2021): «Plataformas algorítmicas e economia da desinformação». *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 18(2): 91–103. <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2021.e78456>
- De Olho nos Ruralistas & FASE. (2025): *A Cop dos Lobbies: Como as empresas e interesses privados capturam as negociações climáticas na COP30* (Relatório Digital). FASE. <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2025/11/DIGITAL-COP-BRASIL-RELATORIO.pdf>
- Dean, J. (2009): *Democracy and other neoliberal fantasies: Communicative capitalism and left politics*. Duke University Press.
- Dunlap, R. E., & McCright, A. M. (2011): «Organized climate change denial». In J. S. Dryzek, R. B. Norgaard & D. Schlosberg (Orgs.): *The Oxford Handbook of Climate Change and Society* (pp. 144–160). Oxford University Press.
- Fraser, N. (2008): *Scales of justice: Reimagining political space in a globalizing world*. Columbia University Press.
- Grosse, C. & Mark, B. (2020): «A colonized COP: Indigenous exclusion and youth climate justice activism at the United Nations climate change negotiations». *Journal of Human Rights and the Environment*, 11(3): 146–170.
- Heras Hernández, F. (2013): «Una de acción: el tratamiento mediático de las soluciones al cambio climático». *Razón y Palabra*, 17(84). <https://revistarazonypalabra.org/index.php/ryp/article/view/382/416>
- Intergovernmental Panel on Climate Change (2022): *Climate change: Impacts, adaptation and vulnerability*. Sixth assessment report.
- Joshi, S. (2023): «Climate justice: Taking back the commons». In Z. Baker, T. Law, M. Vardy & S. Zehr (Eds.): *Climate, science and society: A primer* (pp. 127–134). Routledge.
- Lamb, W. F., Mattioli, G., Levi, S., Roberts, J. T., Capstick, S., Creutzig, F., Minx, J. C., Müller-Hansen, F., Culhane, T. & Steinberger, J. K. (2020): «Discourses of climate delay». *Global Sustainability*, 3: E17. <https://doi.org/10.1017/sus.2020.13>
- Law, T. (2023): «Climate justice: Introduction». In Z. Baker, T. Law, M. Vardy & S. Zehr (Eds.): *Climate, science and society: A primer* (pp. 127–134). Routledge.
- Leff, E. (2001): *Epistemologia ambiental*. Cortez.
- Loose, E. B., Barros, G. & Balbé, A. D. (2026): «Negar, omitir e maquiar: A desinformação climática que se atualiza às vésperas da COP30». *Revista ALCEU*, 26(58): 30–51. <https://doi.org/10.46391/ALCEU.v26.ed58.2026.543>
- Loose, E. B. (2024): *Jornalismos e crise climática: Um estudo desde o Sul Global sobre os vínculos do jornalismo com a colonialidade*. Insular.
- Lula da Silva, L. I. (2025): *COP 30, a hora da verdade*. <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/artigos/cop-30-a-hora-da-verdade>
- Magallón-Rosa, R. (2022): «De las fake news a la polarización digital. Una década de hibridación de desinformación y propaganda». *Revista Más Poder Local*, 50: 49–65. <https://doi.org/10.56151/maspoderlocal.120>
- Mignolo, W. (2017): «Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade». *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32(94): 1–18. <https://doi.org/10.17666/329402/2017>

- Milanez, B. & Fonseca, I. F. (2011): «Justiça climática e eventos climáticos extremos: uma análise da percepção social no Brasil». *Revista Terceiro Incluído*, 1(2): 82–100. <https://doi.org/10.5216/teri.v1i2.17842>
- Moraes, C. H. de, & Fante, E. & Gomes, J. (2024): «O Pampa Invisível: Uma análise dos enquadramentos da Revista National Geographic Digital sobre o conflito entre pecuária familiar e agronegócio». *Revista Panorama - Revista de Comunicação Social*, 14(1): 32-41. <https://doi.org/10.18224/pan.v14i1.14656>
- Moraes, C. H. de (2025): «Os discursos do atraso na base da desinformação ambiental sobre o Pampa». In *nREDE Integridade Clima, Panorama do debate digital sobre clima no Brasil* (pp. 52-56). nREDE. <https://integridadeclima.org/documentos/panorama-do-debate-digital-sobre-clima-no-brasil/>
- Moraes, C. H. de, & Loose, E. B. (2025): «Discursos sobre as (in)justiças climáticas na Amazônia em reportagens da COP-30 em Sumaúma». *Organicom*, 48(2): 18-30. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2025.237310>
- Moraes, R. F. de (2025): *Climate injustice and climate debts: Estimating responsibility for climate change* (Research Brief IPCid, n. 003). International Policy Centre for Inclusive Development. <https://ipcid.org/publications/climate-injustice-and-climate-debts-estimating-responsibility-for-climate-change/>
- Neves, D., Loose, E. B. & Bezerra, E. (2026): «Análise da cobertura jornalística sobre as mudanças climáticas na eleição de Porto Alegre». *Revista Animus* (no prelo).
- Oreskes, N. & Conway, E. M. (2010): *Merchants of doubt: How a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming*. Bloomsbury Press.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Organização das Nações Unidas & Brasil (2025, 12 de novembro): *Declaração sobre a integridade da informação sobre mudança do clima*. UNESCO. <https://www.unesco.org/en/information-integrity-climate-change>
- Roosvall, A., & Tegelberg, M. (2015): «Media and the geographies of climate justice: Indigenous peoples, nature and the geopolitics of climate change». *TripleC*, 13(1): 39–54. <https://doi.org/10.31269/triplec.v13i1.654>
- Santini, M., Salles, D., Santos, M., Sanchotene, N., Melo, B., Dias, J., Magalhães, T., Scortegagna, V., Ferreira, F., Mattos, B., Borges, A. & Yoneshigue, B. (2025): *Greenwashing na transição energética: Como anúncios no LinkedIn distorcem o debate climático e legitimam práticas insustentáveis*. NetLab UFRJ.
- Sultana, F. (2022): «The unbearable heaviness of climate coloniality». *Political Geography*, 99: 102638. <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2022.102638>
- Van Neste, S., Mele, P. & Larrue, C. (2024): *Transitions socioécologiques et milieux de vie: entre expérimentation, politisation et institutionnalisation*. Presses de la Université de Montréal.
- Walker, G. (2012): *Environmental justice: Concepts, evidence and politics*. Routledge.
- Wolkmer, A., Wolkmer, M. F. S. & Cademartori, D. M. L. (2025): «Toward a Fair Ecosocial Transition: A Critical Perspective on the Human Right to Life from Latin America. *Naturaleza y Sociedad*. *Desafíos Medioambientales*, 13. <https://doi.org/10.53010/nys13.01>
- Yin, R. K. (2015): *Estudo de caso: Planejamento e métodos* (6ª ed.). Bookman.



©Derechos del autor o autores. Creative Commons License. Este artículo está bajo una licencia internacional Creative Commons Atribución-NoComercial-SinDerivadas 4.0.
©Copyright of the author or authors. Creative Commons License. This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License.